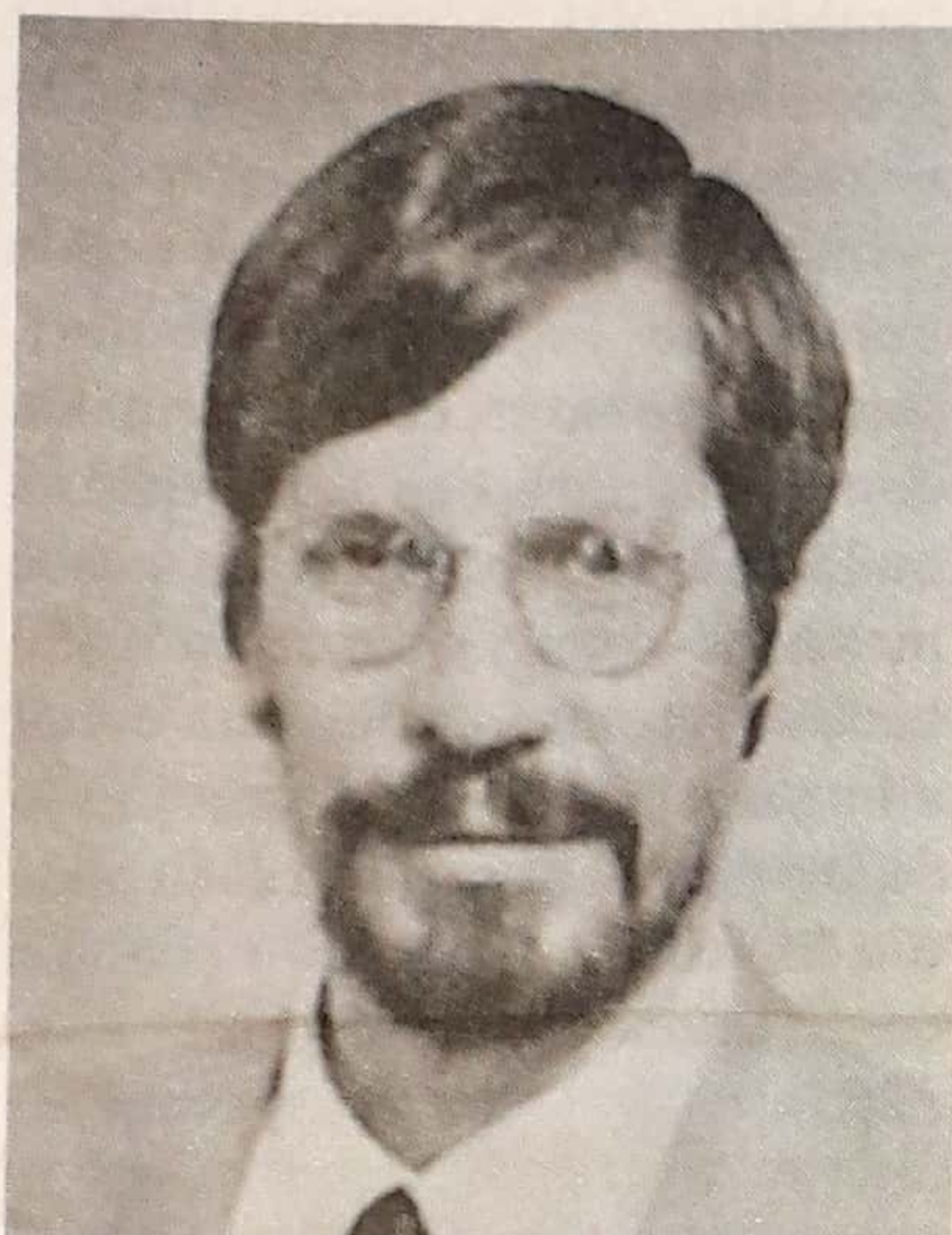


O aborto legal



Deputado Eduardo Jorge (PT-SP)

O Deputado Federal Eduardo Jorge (PT-SP), casado,

6 filhos, 47 anos, tem se destacado na Câmara dos Deputados como um parlamentar aliado das mulheres. Cumprindo o terceiro mandato no Congresso Nacional, Eduardo Jorge apresentou vários projetos relativos à questão da mulher como: jornada de trabalho, aborto e planejamento familiar. Agora está empenhado na aprovação do Projeto de Lei 20/91 de autoria dele e da deputada Sandra Starling (PT-MG) que prevê a obrigatoriedade do

atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde.

Nessa entrevista o deputado diz porque defende o projeto do aborto legal e revela a experiência assustadora que teve em 1974 quando ainda como médico residente em São Paulo, no Hospital das Clínicas, ouviu de um médico, professor da USP, que os casos de aborto, já em andamento que chegassem ao Hospital deveriam ser tratados sem anestesia. Era uma espécie de punição para as mulheres. O deputado não concordou com a orientação e foi afastado da residência ginecológica.

Mulheres de Brasília denunciam violência



No dia 25 de novembro - Dia Latino Americano de Combate à Violência contra a Mulher - a delegada Débora Menezes da DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher - divulga os números da violência no Distrito Federal e afirma que a mulher brasiliense está mais consciente e cada vez

mais perdendo o medo de ir à delegacia denunciar. Políticos, empresários, gerentes de grandes empresas, todos figuram na lista de violência contra a mulher.

3 Encontro de Mulheres Negras

5 Cotas Masculinas

7 Violência Doméstica

Aborto legal: uma necessidade

O deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), casado, 6 filhos, 47 anos, tem se destacado na Câmara dos Deputados como um parlamentar aliado das mulheres. Cumprindo o terceiro mandato no Congresso Nacional, Eduardo Jorge apresentou vários projetos relativos à questão da mulher como: jornada de trabalho, aborto e planejamento familiar. Agora está empenhado na aprovação do Projeto de Lei 20/91 de autoria dele e da deputada Sandra Starling (PT-MG) que prevê a obrigatoriedade do atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde. O projeto está para ser apreciado na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. O aborto legal já é permitido nos casos de estupro e risco de vida da mãe e está previsto no artigo 128 do Código Penal desde 1940.

Nessa entrevista o deputado diz porque defende o projeto do aborto legal e revela a experiência assustadora que teve em 1974 quando ainda como médico residente em São

Paulo, no Hospital das Clínicas, ouviu de um médico, professor da USP, que os casos de aborto, já em andamento que chegassem ao Hospital deveriam ser tratados sem anestesia. Era uma espécie de punição para as mulheres. O deputado não concordou com a orientação e foi afastado da residência ginecológica.

- Qual a expectativa de aprovação do projeto de lei do aborto legal na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados?

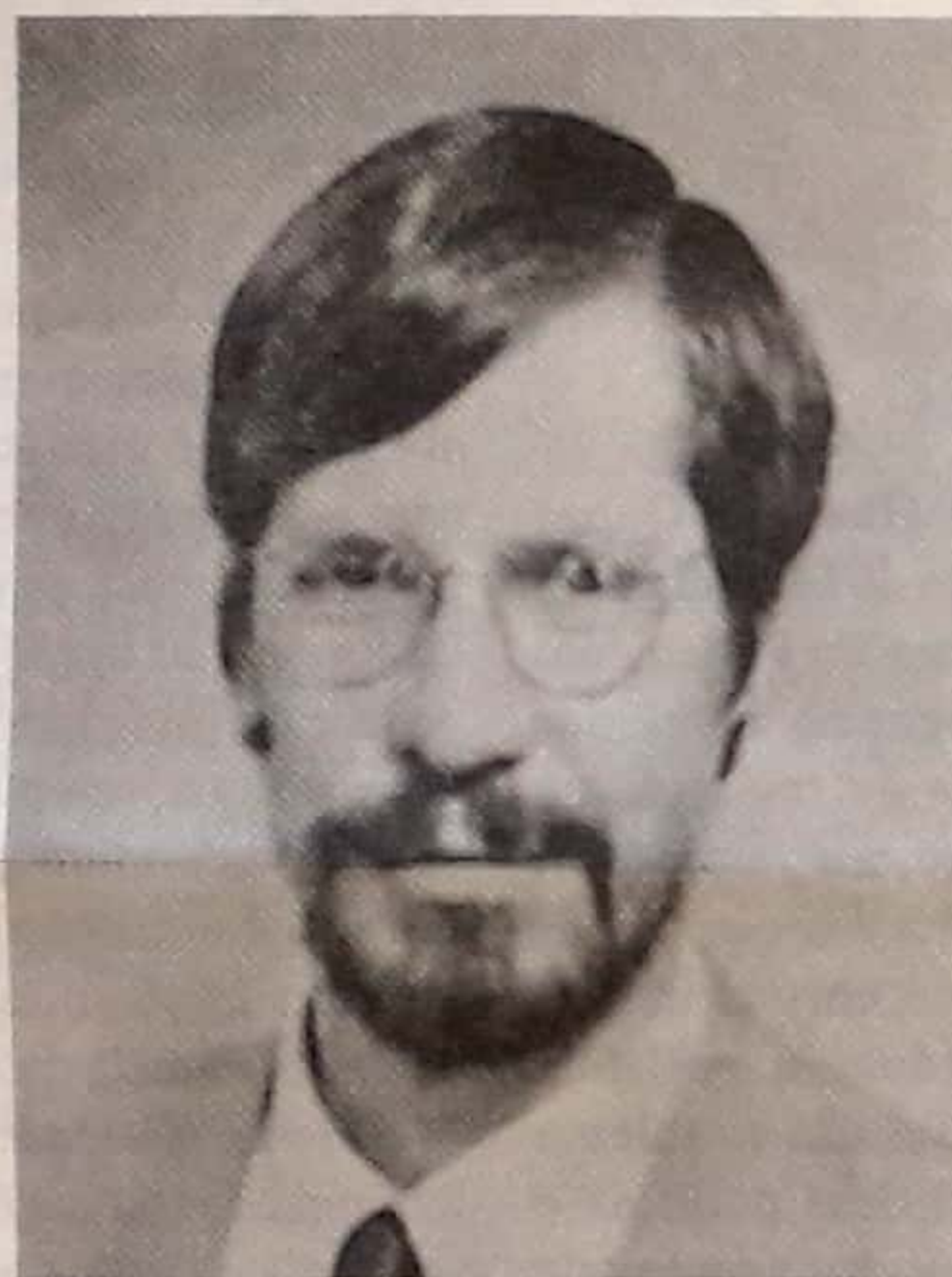
Eu acho que há plenas condições do projeto ser aprovado na Comissão de Justiça. Não acredito que seja uma aprovação sem debate porque na Comissão de Seguridade Social da qual eu participo há mais de 10 anos, esse foi o projeto que teve o maior tempo de discussão. Foram 6 horas de debate numa votação de 20 x 18 onde votaram quase 100% dos

deputados. Apesar de esse ser um projeto, ao meu ver, humanitário e muito justo, existe uma carga de preconceito e de resistência grande. Eu tenho esperança que ainda esse ano o projeto vai ser aprovado na Comissão de Justiça e vai para o Senado. Votação vai haver e acho que nós temos condição de ganhar.

- O senhor, ao longo desse tempo, tem recebido pressão por causa desse projeto?

Eu não parei de receber desde que apresentei. Praticamente todas as semanas eu recebo cartas de todo o País falando desse assunto do ponto de vista doutrinário religioso. As pessoas alegam que o aborto não é possível em nenhuma circunstância mesmo que esse projeto disponha sobre a realização do aborto para salvar a mãe ou como resultado de uma violência sexual. Mesmo nesses dois casos que já são previstos no Código Penal muitas pessoas se manifestam

de forma organizada. Da Igreja, especificamente, não recebi nenhum tipo de pressão. O que existe são pessoas que escrevem cartas e que são vinculadas à determinadas igrejas. Apoio também tenho recebido principalmente de entidades feministas e da área médica. Essas pressões não me inibem. Eu fui fundador do partido numa área onde o Movimento da Igreja era o principal Movimento Social, na zona leste de São Paulo, e isso tem e teve uma influência grande em relação à minha pessoa. Eu não vou negar isso. Mas na Secretaria de Saúde na gestão Luiza Erundina nós já enfrentamos essa discussão. Para mim isso já está resolvido. Quando vim para o Congresso apresentei um projeto para consolidar a nível nacional uma experiência concreta de implantação de um programa desse tipo que já existia em São Paulo. Então é evidente que existe pressão inclusive na base popular



Dep. Eduardo Jorge (PT-SP)

continuação...

e social que sempre me apoiou, mas não vou voltar atrás por causa de uma questão eleitoral.

- O Congresso Nacional ainda não aprovou o projeto do aborto legal mas alguns Estados já se anteciparam e implantaram o serviço de aborto legal nos hospitais públicos como em Brasília e Pernambuco, por exemplo. Outros estão com o serviço em fase de implantação. O que o senhor acha, é uma contradição?

Em São Paulo nós implantamos o serviço através de uma portaria da prefeitura porque a lei já permite isso. O que existe na verdade é uma resistência cultural muito forte o que levou a lutarmos para ter uma lei federal para reforçar o Código Penal. Então é uma lei de reforço e quebra do preconceito, o que vai possibilitar com muito mais rapidez que os Estados e Municípios organizem os serviços. Mas a rigor os Estados e Municípios já estão respaldados. O que nós estamos fazendo aqui no Congresso Nacional é uma lei para enfrentar uma questão cultural, uma resistência e um preconceito. É dar mais respaldo. Os secretários estaduais de saúde já têm, ao meu ver, autoridade e já deviam estar trabalhando nessa direção.

- Na Comissão de Justiça a resistência de alguns parlamentares para aprovar o projeto é cultural ou religiosa?

A resistência não é partidária porque o projeto tem apoio de todos os partidos. A resistência é religiosa. O que não é pouco no Brasil.

- No Congresso Nacional o senhor defende vários projetos de interesse da mulher. Por quê?

Talvez porque eu seja responsável por essa área da saúde há muito tempo no Partido dos Trabalhadores numa época inclusive que a representação feminina era muito pequena. Como a questão da mulher esteve sempre muito relacionada com a questão da saúde, muitos desses projetos meus são dessa época. Eu sou responsável pela área da saúde, assistência social e previdência desde a época da Constituinte. Como há 8, 10 anos atrás a representação feminina no Congresso Nacional era pequena eu terminei assumindo um papel desse tipo.

Agora, evidentemente, as mulheres parlamentares estão numa produção legislativa muito mais expressiva e ocupam mais espaço.

- O que sensibiliza o senhor nessa questão do aborto legal?

Em São Paulo eu fui médico na periferia há muito tempo e fui responsável pelo Distrito de Saúde em Goianases, que é o Distrito mais pobre e mais populoso. Lá, além de ser diretor, cuidar da epidemiologia e administração, eu atendia pré-natal, tuberculose, hanseníase, etc. . . e vi dezenas de casos de dramas de mulheres ligados à questão da gravidez, do aborto e do parto que só uma pessoa muito insensível não tomaria consciência e nem as posições que são necessárias tomar nessa área da saúde reprodutiva.

- Os profissionais de saúde são muito resistentes em relação ao aborto?

Em São Paulo houve muita dificuldade em se achar uma equipe na área principalmente médica, e enfermagem também, que assumissem essa questão porque o preconceito é muito forte. Eu era residente de Medicina Preventiva no Hospital das Clínicas em 1974 e uma das disciplinas que eu atuava era Obstetrícia/Ginecológica. Então estagiávamos no Hospital das Clínicas e os casos de aborto que chegavam lá, já adiantados, a orientação que recebíamos dos médicos/professores da USP era fazer o aborto sem qualquer procedimento de alívio da dor. Sem anestesia. Eu que tinha uma posição política muito explícita fiquei revoltado. Considerei esse procedimento um caso de tortura. Foi quando me rebelei contra isso. A partir daí não me deixaram fazer mais nenhuma curetagem. Eu estou falando de 1974, quando a orientação da melhor Escola de Medicina, a USP, era adotar o aborto com dor. Imagine o prejuízo para a formação do médico. . . completar as curetagens sem qualquer analgesia, e eu perguntava por quê? Era uma espécie de castigo para as mulheres para que elas não fizessem aborto novamente. Isso foi dito da boca de um professor da melhor escola de medicina do Brasil. Para você ver como essa questão do preconceito e violência contra a mulher é forte na sociedade brasileira. ■